



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DESCRIÇÃO DO OBJETO**

**1.1. INEXIGIBILIDADE PARA CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA FORNECIMENTO DE KITS DE ÓCULOS COMPLETOS (ARMAÇÃO, LENTES SIMPLES OU ESPECIAIS E ACESSÓRIOS) DESTINADOS AO FORNECIMENTO PARA A POPULAÇÃO INFANTO-JUVENIL DO PROGRAMA PSE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ/SC.**

**1.2. Da Especificação do objeto:**

**1.2.1. As especificações dos itens constantes no quadro de quantidades abaixo deverão ser respeitadas seguindo **estritamente sua descrição**:**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
1	<p>Kit de óculos formando por conjunto de armação infantil ou adulto em acetato ou metal, material leve e resistente.</p> <p>O conjunto deverá <b>obrigatoriamente</b> ser composto por:</p> <p><b>01</b> (um) estojo (case) para acondicionamento dos óculos;</p> <p><b>01</b> (uma) flanela/pano de microfibra para limpeza das lentes;</p> <p><b>01</b> (uma) sacola para entrega.</p> <p><b>*Todos os itens acessórios (estojo, flanela e sacola) deverão conter, obrigatoriamente, personalização com a logomarca da Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz e da Secretaria Municipal de Saúde.</b></p>	UNIDADE	1.000	R\$ 104,80
2	Par de lentes oftálmicas visão simples em policarbonato (sem tratamento Antirreflexo), com graduação esférica de $\pm 0,00$ (plano) até +6,00 / -6,00 e cilíndrica até -2,00, conforme prescrição oftalmológica.	PAR	800	R\$ 126,20
3	Par de lentes especiais policarbonato (em qualquer diopia e força de cilindro - sem tratamento antirreflexo) <b>multifocais em policarbonato</b> (orgânica fábrica em qualquer diopia e força de cilindro – sem tratamento antirreflexo)	PAR	200	R\$ 344,33





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

**1.3.** Cada **kit de óculos completo** será formado por 01 (uma) unidade do item 01 (kit armação, estojo, flanela e sacola) e 01 (uma) unidade do item 02 (lente simples) ou 01 (uma) unidade do item 03 (lentes especiais).

**1.4.** Prazo de **vigência da contratação** será de **12 meses** a partir da publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado conforme previsto na Lei 14.133/2021.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A fundamentação da contratação está pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar apêndice a este Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3.1.** A descrição como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** A realização do procedimento será através de **INEXIGIBILIDADE** para **CREDENCIAMENTO** de pessoas jurídicas relacionadas ao objeto descrito neste Termo de Referência.

**4.2.** O credenciamento é livre para todas as pessoas jurídicas que atuem no ramo da atividade compatível com o objeto do credenciamento e que atendam às condições estabelecidas.

**4.3.** Poderão participar desta contratação todas e quaisquer empresas, profissionais habilitados ou sociedades regularmente estabelecidas no País, desde que atendidas as disposições do art. 15 da Lei Federal n. 14.133/2021, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas previstas nos documentos deste processo licitatório e nos regramentos e normativas existentes no Brasil sobre a área de fornecimento.

**4.4.** O credenciamento com formalização da contratação pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, valores de pagamento e execução do contrato a ser formulado e os requisitos para a contratação constam também do próprio descritivo dos itens a serem licitados e nos descritivos do item presentes nos autos deste processo e que também estarão anexas ao edital de credenciamento.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

4.5. O contrato será formalizado através do Credenciamento por meio de Inexigibilidade de Licitação, observados o disposto no Art. 72, da Lei Federal 14.133/2021, bem como os requisitos dispostos no Decreto Municipal nº 8.519/2023.

4.6. É necessário manter as condições de habilitação exigidas neste procedimento e comprovar a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador.

4.7. O credenciamento **não gera direito subjetivo à contratação**, ficando condicionado à efetiva necessidade da Administração, não sendo assegurado volume mínimo de demandas a qualquer credenciado.

4.8. Para fornecimento do objeto pretendido é necessário atender os seguintes **requisitos**:

4.8.1. Apresentar **alvará sanitário vigente**, compatível com a atividade exercida.

4.8.2. Apresentar **Certificado de Regularidade Técnica**;

4.8.3. Possuir estrutura mínima para atendimento e entrega dos produtos;

4.8.4. Garantir atendimento contínuo conforme demanda da Administração;

4.8.5. A(s) empresa(s) credenciada(s) deverá(ão) assegurar que não haverá qualquer cobrança adicional ao paciente ou ao seu responsável legal, a qualquer título, relacionada ao fornecimento dos produtos objeto da contratação, sendo os valores integralmente custeados pela Administração Pública;

4.8.6. A(s) contratada(s) deverá(ão) realizar, sem ônus para a Administração ou para o usuário, a substituição dos produtos que apresentarem defeitos de fabricação, vícios, ou que estejam em desacordo com as especificações técnicas ou com a prescrição oftalmológica, no prazo máximo de 7 dias a contar da notificação do defeito.

4.8.7. A empresa deverá comprovar experiência no fornecimento de óculos de grau, mediante Atestado(s) de capacidade técnica.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. A execução dos serviços ocorrerá durante a vigência do contrato de credenciamento, mediante expedição de Autorização de Fornecimento (AF) emitida pela Secretaria Demandante.

5.2. O fornecimento será de acordo com as necessidades indicadas pelo contratante para plena execução do serviço.

5.3. A Autorização de Fornecimento será enviada à CONTRATADA por meio eletrônico (e-mail), sendo responsabilidade do profissional credenciado manter seus dados de contato





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

atualizados junto à Secretaria Municipal de Saúde, através dos endereços: [admsaudesai@gmail.com](mailto:admsaudesai@gmail.com) ou [admsaude@santoamaro.sc.gov.br](mailto:admsaude@santoamaro.sc.gov.br).

**5.4.** Todos os custos relativos execução dos serviços serão de inteira responsabilidade do credenciado.

**5.5.** O pagamento ao credenciado será realizado com base nos kits de óculos completos entregues efetivamente (conforme descrito no item 1.3 deste documento), devidamente entregues ao usuário final, conforme solicitação de fornecimento emitida pela secretaria demandante.

**5.6.** As notas fiscais referentes ao fornecimento dos kits de óculos completos deverão ser encaminhadas por meio eletrônico ao(s) endereço(s) a ser(em) indicado(s) pela Administração.

**5.7.** A empresa, após a divulgação do resultado, estará apta a ser contratada para execução do objeto, de acordo com a necessidade da Administração Municipal.

**5.8.** O município reserva-se o direito de fiscalizar continuamente a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder ao descredenciamento nos casos de má prestação, mediante processo administrativo com garantia de contraditório e da ampla defesa.

**5.9.** O município não está obrigado a solicitar a prestação do serviço do credenciado, especialmente se houver ausência de demanda que o justifique.

**5.10.** Após a convocação o credenciado terá o prazo de **05 (cinco) dias corridos**, contados da convocação, para assinatura do contrato.

**5.11.** O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período ou outro indicado pelo solicitante, desde que a justificativa seja aceita pela Secretaria Municipal de Saúde.

**5.12.** O encaminhamento das demandas aos credenciados será realizado por meio de distribuição equitativa, utilizando-se sistema de rodízio entre todas as empresas devidamente habilitadas e ativas no credenciamento.

**5.13.** A distribuição das demandas entre os credenciados será realizada de forma **isonômica, objetiva, transparente e auditável**, observando o princípio da impessoalidade e vedada qualquer forma de direcionamento.

**5.14.** A alocação das demandas ocorrerá por meio de **sistema de rodízio sequencial, conforme ordem cronológica de credenciamento**, observando-se:

**5.14.1.** A ordem inicial será definida pela **data e horário do deferimento do credenciamento, que considerará a ordem de entrega dos documentos de habilitação para fins da análise documental**;





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

**5.14.2.** Cada credenciado será incluído em uma **lista sequencial única (fila de atendimento)**;

**5.14.3.** A cada nova demanda, será convocado o próximo credenciado da fila;

**5.14.4.** Após o atendimento, o credenciado será automaticamente reposicionado ao final da fila.

**5.15.** A secretaria demandante manterá **registro formal e atualizado** da distribuição das demandas e o controle será realizado por meio de **planilha, sistema eletrônico ou outro mecanismo auditável**, garantindo rastreabilidade integral.

**5.16.** O credenciado poderá recusar a demanda mediante justificativa formal, o que implicará no chamamento imediato do próximo da fila, reposicionamento ao final da fila do recusante. A recusa reiterada e injustificada poderá acarretar no processo de descredenciamento, assegurado o contraditório e ampla defesa.

**5.17.** Novos credenciados serão inseridos ao final da fila de distribuição, respeitando a ordem cronológica de habilitação, não cabendo reordenamento da fila já existente.

**5.18.** Mediante justificativa da Administração poderá ocorrer redistribuição da demanda em razão de urgência, prazo ou capacidade operacional e a priorização de credenciado específico quando houver **justificativa técnica ou assistencial**, devidamente formalizada no processo.

**5.19.** A distribuição das demandas será passível de fiscalização pelo gestor e fiscal do contrato; auditoria interna e externa e controle pelos órgãos de fiscalização, especialmente o Tribunal de Contas.

**5.20. Requisitos relativos a entrega do kit de óculos:**

**5.20.1.** Após a entrega do receituário e autorização da contratante a(s) contratada(s) terá(ão) o **prazo máximo de 10 dias úteis** para entrega do kit completo (Armação + lentes, estojo personalizado com a logomarca de Santo Amaro da Imperatriz, flanela microfibra, sacola);

**5.20.2.** Os óculos deverão ser entregues devidamente montados (armação + lente);

**5.20.3.** As entregas dos kits aos pacientes serão efetuadas preferencialmente de segunda a sexta. Podendo inclusive acontecer em finais de semana, feriados e pontos facultativos, dependendo do horário de funcionamento da(s) contratada(s).

**5.20.4.** A contratada deverá apresentar termo de entrega para assinatura do paciente ou de seu responsável legal, atestando o recebimento dos óculos. Após a entrega, a contratada deverá encaminhar o referido termo à Secretaria Municipal de Saúde, em formato físico ou digitalizado, por meio do endereço eletrônico [admsaudesai@gmail.com](mailto:admsaudesai@gmail.com).

**5.20.5.** Os produtos deverão possuir garantia legal mínima de 6 (seis) meses contra defeitos decorrentes do uso regular e adequado, não abrangendo danos ocasionados por quedas, mal-uso ou utilização inadequada;





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

**5.20.6.** Durante o período de garantia, o paciente poderá comparecer à ótica credenciada para a realização de ajustes e manutenções necessárias nos óculos, sem qualquer ônus. A contratada fica obrigada a atender tais solicitações, promovendo os devidos ajustes e serviços de manutenção sem cobrança de custos adicionais.

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**6.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.5.** A fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços será realizada pela Secretaria Municipal de Saúde de Santo Amaro da Imperatriz, por meio de equipe técnica designada para este fim.

**6.6.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**6.7.** Ficam nomeados como Gestor do Contrato, **Sra Dgeisa Roberta Alves**, Secretária de Saúde e matrícula 12576 e Fiscal do Contrato e Suplente, respectivamente, **Sr. Cézar Franco Faraco**, Assistente Administrativo e matrícula 8298 e Sr. **Tuan Lucas Honorato**, Diretor de Saúde e matrícula 13772.

**6.8.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, e seu suplente, quando for o caso.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

- 6.9.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.10.** O fiscal do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.11.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.12.** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.13.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.14.** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 6.15.** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.16.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.17.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.18.** Cabe ao gestor do contrato coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**6.19.** O gestor do contrato deverá acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**6.20.** Acompanhar a manutenção das condições de habilitação, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções e enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**6.21.** Toda comunicação entre a Administração e a Contratada deverá ser formal, por escrito, preferencialmente pelo e-mail [admsaude@santoamaro.sc.gov.br](mailto:admsaude@santoamaro.sc.gov.br) e [gecoa.pmsai@gmail.com](mailto:gecoa.pmsai@gmail.com) sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.22.** Para a execução do objeto será formalizado contrato, cuja minuta acompanha o Edital de licitação, estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Termo.

**6.23.** Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, considerando o período de vigência contratual.

**6.24.** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da empresa vencedora, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**6.25.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.26.** O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

**6.27.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

**6.28.** Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**7.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

**7.1.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato;

**7.1.2.** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**7.1.3.** Der causa à inexecução total do contrato;

**7.1.4.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

**7.1.5.** Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

**7.1.6.** Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**7.1.7.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**7.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**7.1.9.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**7.1.10.** Não enviar proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**7.1.11.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**7.1.12.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

**7.1.13.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**7.1.14.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração;

**7.1.15.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**7.1.16.** Fraudar a licitação;

**7.1.17.** Não executar o total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

**7.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**7.2.1.** Advertência

**7.2.2.** Multa

**7.2.3.** Impedimento de licitar e contratar

**7.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**7.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**7.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**7.3.2.** As peculiaridades do caso concreto

**7.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes

**7.3.4.** Os danos que dela provierem para a administração pública

**7.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**7.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 Dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**7.5.** Para infrações as previstas nos itens 7.1.9, 7.1.10, 7.1.11, 7.1.12 e 7.1.13, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**7.6.** Para as infrações previstas nos itens 7.1.14 e 7.1.15 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**7.7.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**7.8.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**7.9.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 7.1.9, 7.1.10, 7.1.11, 7.1.12 e 7.1.13, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

**7.10.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações acima dispostas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da lei n.º 14.133/2021.

**7.11.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, descrita no item caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

**7.12.** A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização.

**7.13.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**7.14.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**7.15.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**7.16.** A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**8.1.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

**8.2.** O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**8.3.** A avaliação da execução do objeto será realizada conforme a indicação de retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada.

**8.4.** Não ficará isenta de sanções cabíveis, caso seja constatado que não foram produzidos os resultados acordados ou que se deixou de executar as atividades ou execução com qualidade mínima exigida à contratada.

**8.5.** O Município efetuará o pagamento à Contratada mediante apresentação de nota fiscal, acompanhada da produção, certidão de regularidade com as Fazendas Municipal, Estadual, Dívida Ativa da União e Tributos e Contribuições Federais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista e da Certidão de Regularidade com FGTS.

**8.6.** O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminando as especificações, a quantidade, o valor unitário e o valor total, devidamente atestada pelo setor competente, e dar-se-á mediante ordem bancária.

**8.7.** Havendo erro na Nota Fiscal, contestação ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que esta providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**8.8.** As Notas Fiscais emitidas pela Contratada deverão especificar no corpo da Nota fiscal, o número do respectivo empenho e os dados bancários da Contratada, além de relacionar a quantidade dos produtos, indicando o preço unitário em reais (R\$), o preço total em reais (R\$) e, por fim, o preço global da Nota Fiscal em reais (R\$).

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**9.1.** Os fornecedores serão selecionados por meio de procedimento de **INEXIGIBILIDADE** para **CREDENCIAMENTO** de pessoas jurídicas para fornecimento de kits de óculos completos, conforme especificações do **item 1.2 e item 1.3** deste Termo de Referência.

**9.2.** O credenciamento é livre para todas as pessoas jurídicas que atuem no ramo da atividade compatível com o objeto do credenciamento e que atendam às condições estabelecidas.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

**9.3.** Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas, profissionais habilitados ou sociedades regularmente estabelecidas no País, desde que atendidas as disposições do art. 15 da Lei Federal n. 14.133/2021, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas previstas nos documentos deste processo licitatório e nos regramentos e normativas existentes no Brasil sobre a área de fornecimento.

**9.4.** A contratação pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e execução do contrato a ser formulado e os requisitos para a contratação constam também do próprio descritivo dos itens a serem licitados e nos descritivos do item presentes nos autos deste processo licitatório e que também estarão anexas ao edital.

**9.5.** A escolha da realização do procedimento através de credenciamento mostra-se a solução mais adequada em razão das características específicas da demanda, especialmente pela necessidade de atendimento contínuo, descentralizado e com ampla capilaridade ao público infanto-juvenil.

**9.6.** Deverá comprovar os seguintes requisitos de **Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista:**

**9.6.1. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**9.6.2. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.6.3. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**9.6.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.6.5. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

**9.6.6. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.6.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**9.6.8. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971

**9.6.9. Sociedade de economia mista:** Ato constitutivo, estatuto social ou Lei de Criação; Atos de eleição ou designação dos administradores; prova de inscrição CNPJ, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.6.10.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**9.6.11.** Certidão negativa de débitos trabalhistas (**CNDT**), nos termos da legislação vigente.

**9.6.12. Declaração** de cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, quanto à proibição de trabalho infantil.

**9.6.13.** Certidão negativa de débitos **federais, estaduais e municipais**.

**9.6.14.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.

**9.6.15.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**).

**9.6.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**9.6.17.** Prova de **regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

**9.6.18.** Prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

**9.6.19.** Prova de **inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**9.6.20.** Prova de **regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**9.7.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**9.8.** Para fins de **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá comprovar os seguintes requisitos:

**9.8.1. Certidão negativa de insolvência civil** expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

**9.8.2. Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**9.9.** Para fins de **Qualificação Técnica**, deverá comprovar os seguintes requisitos:

**9.9.1.** Deverá ser apresentada Comprovação de aptidão de desempenho de atividade pertinente ao objeto, por meio de **CERTIDÃO OU ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de notória idoneidade.

**9.9.2.** Alvará sanitário ou licença expedida pelo órgão competente, quando exigível para o funcionamento das instalações;

**9.9.3.** O(s) Atestado(s) deverá(ão) conter a identificação do signatário, claramente identificada a razão social e o CNPJ do licitante.

**9.9.4.** Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

**9.9.5.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**9.9.6.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**9.10.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**9.11.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**9.12.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

A estimativa do valor total da contratação é de **R\$ 274.626,40 (Duzentos e setenta e quatro mil, seiscentos e vinte e seis reais e quarenta centavos)**.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento para 2026 da Secretaria Demandante.

**11.1.** As dotações orçamentárias a serem utilizadas nesta contratação serão:

7 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS 1.500.1002.000 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – SAÚDE

7 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS 1.600.7000.020 - BLOCO DE CUSTEIO - UNIÃO

21 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS 1.500.1002.000 - RECEITAS DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS – SAÚDE

21 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS 1.600.7000.020 - BLOCO DE CUSTEIO - UNIÃO

## **12. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

**12.1.** Quanto a questão dos impactos ambientais, a contratação em tela, tem como base observar as informações contidas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no sítio <https://www.gov.br/agu/ptbr/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>, sendo que, a contratada deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade, inseridos agora nos princípios da aplicação da lei 14.133/2021.





### **13. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 13.1.** Fornecer **ao(s) credenciado(s)**, a qualquer tempo e com o máximo de presteza, todos os esclarecimentos necessários para execução do objeto e demais informações que esta venha a solicitar.
- 13.2.** Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do contrato.
- 13.3.** Efetuar, com pontualidade, os pagamentos **ao(s) credenciado(s)**, após o cumprimento integral das obrigações e formalidades legais.
- 13.4.** Anotar em registro próprio e notificar **o(s) credenciado(s)** por escrito a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.
- 13.5.** Informar **ao(s) credenciado(s)**, o nome e telefone do gestor do contrato e seus respectivos fiscais, mantendo tais dados atualizados.
- 13.6.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo **Credenciado**, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 13.7.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo **Credenciado** com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 13.8.** Disponibilizar um profissional da saúde para acompanhamento dos serviços.

### **14. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO**

- 14.1.** O **Credenciado** deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 14.2.** Entregar o objeto com as características exigidas no contrato e de acordo com a legislação vigente pertinente, sendo vedadas soluções alternativas para consecução do objeto, ressalvadas as hipóteses de expressa anuência por parte da Administração.
- 14.3.** Cumprir rigorosamente o Edital e os prazos estabelecidos, sujeitando-se à Lei Federal nº 14.133/2021.
- 14.4.** Executar diretamente o objeto, sem transferência de responsabilidade ou subcontratações não autorizadas pelo Contratante.
- 14.5.** Comunicar à Prefeitura Municipal, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

- 14.6.** Manter a Prefeitura informada quanto a mudanças de endereço, telefones e e-mail de seu estabelecimento.
- 14.7.** Atender prontamente qualquer exigência de fiscalização inerente ao objeto fornecido.
- 14.8.** Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições habilitatórias, em especial, no que se refere ao recolhimento de impostos federais, estaduais e municipais, durante toda a execução do objeto, as quais são imprescindíveis para a emissão de pagamentos de qualquer natureza.
- 14.9.** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência, conforme artigo 121 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 14.10.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.
- 14.1.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.
- 14.2.** Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução de fornecimento;
- 14.3.** Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- 14.4.** Os **Credenciados** receberão pelos serviços prestados exclusivamente os valores previstos no Edital de credenciamento. Eventual cobrança de qualquer valor excedente dos pacientes ou seus responsáveis acarretará a imediata rescisão do contrato e sujeição à declaração de inidoneidade e responsabilização cível e criminal;
- 14.5.** Todos os prestadores de serviço devem seguir os protocolos da Secretaria Municipal de Saúde.
- 14.6.** A nota fiscal deve estar de acordo com a autorização de fornecimento;
- 14.7.** O Município de Santo Amaro da Imperatriz se reserva o direito de suspender preventivamente o prestador credenciado pelo prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, para investigar eventuais indícios de irregularidades no serviço público prestado, estas que estejam em desacordo com as normas previstas, bem como aos princípios e normas do SUS, inclusive em relação ao bom atendimento ao público, o que deverá ser realizado mediante





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**

procedimento próprio pela Comissão de Contratualização dos Serviços de Saúde de Santo Amaro da Imperatriz, devendo-se assegurar o contraditório e a ampla defesa.

**14.8.** Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade

**15. DOS CASOS OMISSOS**

**15.1.** Os casos Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

Santo Amaro da Imperatriz, 29 de abril de 2026

**Tuan Lucas Honorato**

Diretor de Saúde

**Dgeisa Roberta Alves**

Secretária Municipal de Saúde

